

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.583 - RS
(2019/0165243-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : CMV - CONSTRUÇOES MECANICAS LTDA
EMBARGANTE : JOSE FERNANDO DIEHL VIEIRA
EMBARGANTE : LUCILIA MARIA SILVERA DA FONTOURA VIEIRA
EMBARGANTE : COMPANHIA CMV HOLDING
EMBARGANTE : ELIANA DIEHL VIEIRA
ADVOGADOS : JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR -
RS040315
LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS080362
FABIANO RAMOS COELHO E OUTRO(S) - RS088085
EMBARGADO : NOVO BANCO CONTINENTAL S.A.BANCO MULTIPLO
ADVOGADO : DIEGO FREDERICO BIGLIA E OUTRO(S) - RS054239

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão por meio da qual não conheci do agravo em recurso especial (fls. 371/374, e-STJ).

Em suas razões, a parte embargante aponta a existência de omissão. Sustenta que o recurso especial pretende discutir a própria aplicação da multa, não sendo plausível o seu não conhecimento pela falta de recolhimento da penalidade processual.

A parte embargada, regularmente intimada, apresentou impugnação de fls. 388/396, e-STJ, oportunidade em que requereu a majoração da multa aplicada, em razão do caráter protelatório dos presentes embargos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não há omissão a ser sanada.

Com efeito, como já decidido, o prévio recolhimento da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015 é, nos termos do § 5º desse dispositivo legal, pressuposto de admissibilidade de qualquer recurso subsequente. O não pagamento da multa leva, assim, ao não conhecimento do recurso interposto.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE

Superior Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
JUSTIÇA GRATUITA. NECESSIDADE. NÃO
COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO. ART. 1.021, § 4º, DO
CPC/2015. MULTA. APLICAÇÃO. RECOLHIMENTO PRÉVIO.
AUSÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A parte deve comprovar, quando intimada, sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, sob pena de indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita.

3. Nos termos do § 5º do art. 1.021 do CPC/2015, a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, exceção feita à Fazenda Pública e ao beneficiário da justiça gratuita que farão o pagamento ao final.

4. Embargos de declaração não conhecidos, com baixa imediata dos autos.

(EDcl no AgInt nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 831.803/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 26/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - DECISÃO
MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.

1. Razões do agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos invocados na decisão agravada, nos termos do artigo 1.021, §1º, do CPC/15, a atrair a aplicação da Súmula 182/STJ.

2. Ante a manifesta inadmissibilidade do recurso, incide a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/15, arbitrada em 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao seu recolhimento.

3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1452353/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/8/2019, DJe 15/8/2019)

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles

Superior Tribunal de Justiça

servem para suprimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.
3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, em que pese o não provimento dos embargos de declaração, sua interposição, por si só, não pode ser considerada como protelatória ou como litigância de má-fé, de modo que incabível, por ora, a aplicação de penalidade à parte que exerce regularmente faculdade processual prevista em lei (EDcl no AgInt nos EAREsp 782.294/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 18/12/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

